

Erro da Premissa Fática – Ivo de Paula.

Index:

INTRODUÇÃO AO TEMA — Verdade, Prescrição e a Responsabilidade do Estado em Crimes Políticos (1964–1988).....	1
1 A segurança do Estado democrático e a premissa adotada pelo Judiciário.....	1
2 O fato central: morte em serviço e a construção da tese do suicídio.....	2
3 O IPM e o erro de premissa fática	2–3
4 Prescrição, actio nata e direitos humanos	3
5 Dimensão humana, histórica e coletiva do caso	3
6 Conclusão introdutória	3
CAPÍTULO 1 — DO LOCAL DO FATO E DA MORTE EM DEPENDÊNCIA MILITAR DA UNIÃO.....	4
1 A constatação material da morte	4–5
2 A conclusão oficial e suas fragilidades estruturais	5
3 O surgimento da dúvida técnica e a ruptura da narrativa oficial.....	5–6
4 O erro de premissa fática e a coisa julgada aparente	6
5 Prescrição, actio nata e ocultação da verdade	6
6 O local do fato e o dever agravado de responsabilização estatal.....	6–7
7 Verdade material e limites da verdade formal	7
8 O IPM como procedimento inquisitorial e seus limites	7
9 Erro de premissa fática e coisa julgada aparente	7–8
10 Morte em dependência estatal e dever agravado de apuração.....	8
11 Prescrição, actio nata e ocultação da verdade	8
12 Direitos da personalidade, memória e verdade	8–9
I. Jurisprudência — Morte em Dependência Militar, IPM, Prescrição e Direitos Fundamentais.....	9–10
CAPÍTULO 2 — DA ANATOMIA TOPOGRÁFICA, FISIOPATOLOGIA DOS FERIMENTOS E DA IMPOSSIBILIDADE MATERIAL DA SEQUÊNCIA DOS DISPAROS	16
1 Premissas anatômicas e classificação dos disparos	16
2 Disparos pulmonares e hemotórax maciço	16
3 Choque hemorrágico e incapacidade funcional imediata	17
4 Lesões musculares e agravamento da incapacidade funcional.....	17
5 Colapso pulmonar e perda da consciência	17
6 O disparo cardíaco e o hemopericárdio fatal	17
7 Ordem dos disparos e impossibilidade lógico-científica	17–18

8 Conclusão técnico-científica	18
CAPÍTULO 3 — DAS INCONSISTÊNCIAS TÉCNICAS DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR.....	19
1 Balística forense e a ausência de reconstrução científica	19
2 Exame de residuografia e sua insuficiência técnica	19
3 Incompatibilidade entre a posição da arma e a dinâmica corporal descrita.....	19–20
4 Hemorragia interna, choque e impossibilidade material da sequência dos disparos.....	20
5 Ausência de definição válida da causa jurídica da morte	20
6 Falhas metodológicas nos exames periciais	20–21
7 Omissões relevantes na análise da cena e dos vestígios	21
8 Inconsistências entre laudos e narrativa oficial	21–22
I. Direito Comparado — Investigação Deficiente de Mortes sob Controle Estatal e Valoração da Prova Médico-Legal	22–24
CAPÍTULO 4 — DO LAUDO DO ASSISTENTE PERITO E DA INSUFICIÊNCIA JURÍDICO-PROBATÓRIA DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR.....	27
1 Fragilidade dos exames balísticos e violação do dever de rigor técnico	27
2 Exame de recentilidade e residuografia: ausência de confiabilidade científica	28
3 Incompatibilidade entre a posição da arma e a dinâmica corporal descrita	28–29
4 Hemorragia interna, choque e impossibilidade material da sequência dos disparos	29
5 Ausência de definição válida da causa jurídica da morte	29–30
6 Erro de premissa fática e invalidação das conclusões administrativas	30
7 Repercussões jurídico-probatórias da deficiência pericial	30–31
8 Conclusão técnico-jurídica do laudo do assistente perito.....	31
I. Doutrina — Inquérito Policial Militar, Prova Médico-Legal e Erro de Premissa Fática.....	31–33
II. Direito Comparado — Investigação Deficiente de Morte sob Controle Estatal e Valoração da Prova Médico-Legal.....	33–35
CAPÍTULO 5 — DOS QUESITOS FORMULADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E DA OMISSÃO INVESTIGATIVA.....	38
1 Centralidade dos quesitos para a apuração da verdade material	38
2 Resíduos de disparo e dominância manual: contradição não esclarecida	38–39
3 Posição da arma e dinâmica corporal incompatíveis	39
4 Manchas de sangue, trajetória dos projéteis e mobilização post mortem	39–40

5 O denominado “quarto disparo” e a ausência de circulação sanguínea	40
6 Ausência do exame da realidade da morte e necropsia incompleta	40–41
7 Distância dos disparos e ausência de tiro encostado	41
8 Falhas metodológicas nos exames balísticos e residuográficos	41–42
9 Quesitos não respondidos e violação do dever de investigação	42–43
I. Jurisprudência — STF, STJ e STM: Investigação Deficiente, IPM e Valoração da Prova.....	43–45
II. Doutrina — Quesitos Ministeriais, Dever de Investigação e Omissão Apuratória	45–47
III. Direito Comparado — Omissão Investigativa, Dever de Apuração e Quesitos Institucionais.....	47–49
CAPÍTULO 6 — DO PROCESSO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA.....	51
1 Fundamento jurídico da produção antecipada de prova	51
2 Fumus boni iuris — plausibilidade jurídica do direito invocado	52
3 Periculum in mora — risco de perda irreversível da prova	52
4 Finalidade da produção antecipada de prova	53
5 Objeto da perícia requerida	53–54
6 Pontos controvertidos extraídos do IPM a serem esclarecidos	54–55
7 Exumação como meio indispensável de esclarecimento	55–56
8 Providências processuais requeridas	56–57
I. Súmulas e Jurisprudência — STF, STJ e STM: Produção antecipada de prova, preservação da verdade material e investigação deficiente.....	57–59
II. Doutrina Comentada — Produção antecipada de prova, verdade material e preservação da evidência.....	59–61
III. Direito Comparado — Produção antecipada de prova, preservação da evidência e verdade material	61–63
CAPÍTULO 7 — DAS DECISÕES JUDICIAIS NA AÇÃO CAUTELAR E DO ESVAZIAMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	64
1 Reconhecimento inicial da legitimidade da demanda cautelar	64
2 Pedido de esclarecimento e deslocamento do ônus argumentativo	65
3 Recebimento do aditamento e reconhecimento da sensibilidade do caso	65–66
4 Determinação de citação e consolidação da relação processual	66
5 O paradoxo decisório: reconhecimento formal e inefetividade material	66–67
6 Esvaziamento da tutela jurisdicional e perda da função cautelar	67–68
7 Impacto das decisões na busca da verdade material	68–69

I. Jurisprudência e Súmulas — STF, STJ e STM: Efetividade da jurisdição, produção de prova e esvaziamento da tutela.....	69–71
II. Doutrina — Efetividade da tutela jurisdicional, direito à prova e esvaziamento da ação cautelar.....	71–73
III. Direito Comparado — Inefetividade da jurisdição, tutela aparente e esvaziamento da prestação judicial	73
CAPÍTULO 8 — DAS CONCLUSÕES DO LAUDO PERICIAL JUDICIAL E DOS LIMITES DA VERDADE TÉCNICA ALCANÇADA.....	75
1 Contexto e finalidade da exumação judicial	75
2 Limitações materiais da prova pericial tardia	76
3 Achados objetivos da exumação — sob o ponto de vista médico-legal	76–77
4 Distinção entre causa médica e causa jurídica da morte	77
5 Improbabilidade técnica do suicídio por múltiplos disparos	77–78
6 Conclusão pericial: pouco provável, mas não impossível	78
7 Impacto jurídico do laudo pericial judicial	78–79
I. Jurisprudência — STF, STJ e STM: prova pericial, dúvida persistente e limites da verdade técnica....	79–81
II. Doutrina — limites da prova pericial, dúvida jurídica persistente e verdade incompleta.....	81–83
III. Direito Comparado — limites da prova pericial e responsabilidade estatal	83–85
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas	85–86
CAPÍTULO 9 — DO DESPACHO SANEADOR, DA SENTENÇA E DA CONSOLIDAÇÃO FORMAL DA PRESCRIÇÃO.....	87
1 Estrutura processual e conexão entre as ações	87
2 Reconhecimento judicial da gravidade dos fatos	88
3 A prova pericial judicial e seus limites reconhecidos	88–89
4 Aplicação do Decreto nº 20.910/1932 e da actio nata	89
5 A prescrição como fundamento exclusivo de extinção do mérito	89–90
6 A contradição: dúvida reconhecida e mérito não enfrentado	90
7 Estabilização jurídica sem pacificação fática — efeitos sistêmicos da sentença	90–91
I. Crítica Doutrinária — aplicação rígida da prescrição.....	91–93
II. Jurisprudência — prescrição versus direito à verdade (STF, STJ e STM)	93–95
III. Direito Comparado — prescrição versus direito à verdade	95–97
CAPÍTULO 10 — DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO PELA MORTE SOB CUSTÓDIA E PELO FRACASSO DA PROTEÇÃO INSTITUCIONAL	98
1 A responsabilidade civil do Estado no sistema constitucional brasileiro	98
2 O dever jurídico de proteção e a morte sob custódia estatal	99

3 A irrelevância da culpa individual na responsabilidade objetiva	99–100
4 O homicídio em instalação militar como falha grave do serviço	100
5 A omissão investigativa como dano autônomo	100–101
6 Danos morais e materiais: cumulatividade e extensão	101–102
7 A impossibilidade de exoneração do Estado	102–103
I. Jurisprudência — responsabilidade objetiva do Estado (STF, STJ e STM)	103–106
II. Doutrina — responsabilidade objetiva do Estado	106–109
III. Direito Comparado — responsabilidade do Estado	109
CAPÍTULO 11 — DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....	110
1 Dos pressupostos constitucionais aplicáveis	110–111
2 Jurisprudência do STF, STJ, STM e TRF-3	111–114
3 Doutrina aplicável ao erro de premissa fática.....	114–117
4 Direito comparado aplicável ao erro de premissa fática.....	117–120
CAPÍTULO 12 — DA INDENIZAÇÃO NO CASO DE HOMICÍDIO – DANOS MATERIAIS.....	123
1 Delimitação dos danos materiais	123–124
2 Despesas diretamente decorrentes da morte	124–125
3 Lucros cessantes e perda da fonte de subsistência	125–126
4 Parâmetros para o cálculo da indenização	126–127
5 Relação entre erro investigativo e agravamento do dano material	127–128
I. Pressupostos constitucionais da indenização por homicídio.....	128–130
II. Súmulas e Jurisprudência — STF, STJ, STM e TRF-3	130–133
III. Doutrina — Indenização por homicídio.....	133–136
IV. Direito Comparado — Indenização por homicídio.....	136
CAPÍTULO 13 — DA INDENIZAÇÃO NO CASO DE HOMICÍDIO – DOS DANOS MORAIS.....	137
1 O dano moral decorrente da morte do pai	137–138
2 O dano moral agravado pela falsificação da causa da morte	138–139
3 Dano moral reflexo (por ricochete) e violação da memória da vítima	139–140
4 O dano moral existencial do Autor	140–141
5 A omissão estatal como fator de perpetuação do dano moral	141–142
6 Função da indenização por danos morais no caso concreto	142–143

I. Pressupostos constitucionais dos danos morais.....	143
II. Súmulas e Jurisprudência — STF, STJ, STM e TRF-3	144
III. Doutrina — Danos morais decorrentes.....	145
IV. Direito Comparado — Danos morais decorrentes de morte.....	145
CAPÍTULO 14 — DA MORTE DO ALIMENTANTE, DAS PRESTAÇÕES E DO ESTABELECIMENTO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS	150
1 A morte do alimentante e a autonomia da indenização civil	150–151
2 Prestação alimentar como critério de cálculo.....	151–152
3 Pedido genérico de indenização e impossibilidade.....	152–153
4 Arbitramento judicial e critérios de razoabilidade	153–154
5 Integração entre danos materiais, morais e existenciais	154–155
6 Conclusão — parâmetros para fixação do montante indenizatório	155–156
I. Pressupostos constitucionais da indenização decorrente da morte.....	156–158
II. Súmulas e Jurisprudência — morte do alimentante, indenização civil.....	158–161
III. Doutrina — morte do alimentante, autonomia da indenização.....	161
IV. Direito Comparado — morte do alimentante.....	162
CAPÍTULO 15 — DO DEVIDO PROCESSO JUDICIAL, DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA E DA PROTEÇÃO PREVENTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	163
1 O devido processo legal em sua dimensão substancial	163–165
2 Relação entre devido processo legal e igualdade (equal protection)	165–166
3 Tutela jurisdicional repressiva e tutela jurisdicional preventiva	166–168
4 Tutela preventiva, periculum in mora e distinção da tutela cautelar	168–169
5 Efetividade da jurisdição e instrumentalidade do processo	169–171
6 Interesse de agir e fundamento material da tutela preventiva	171–172
I. Pressupostos constitucionais do devido processo judicial, da tutela jurisdicional.....	172–173
II. Súmulas e Jurisprudência — devido processo legal, tutela jurisdicional efetiva.....	173–174
CAPÍTULO 16 — DA APELAÇÃO, DOS LIMITES DA COGNIÇÃO JUDICIAL E DA TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DA VERDADE FORMAL.....	176
1 A apelação como último espaço de reconstrução jurisdicional da verdade	176–178
2 Fundamento processual da apelação e seu alcance jurídico	178–179
3 Retomada crítica do Inquérito Policial Militar e de suas premissas fáticas	179–181
4 Limites da cognição judicial e a resistência à revisão da narrativa oficial	181–183
5 Confronto entre verdade formal e verdade material	183–185

6 A tentativa de superação do erro de premissa fática no âmbito recursal	185–188
7 Efeitos sistêmicos da manutenção da decisão equivocada	188–189
I. Jurisprudência — STF, STJ e TRFs: limites da cognição recursal, reexame de prova.....	189–190
II. Doutrina — cognição judicial, verdade material e limites do reexame probatório.....	190
CAPÍTULO 17 — DA CONSOLIDAÇÃO DO ERRO JUDICIAL E DA ESTABILIZAÇÃO DA VERDADE FORMAL.....	191
1 Formação progressiva do erro de premissa fática no âmbito jurisdicional	191–193
2 Consolidação da narrativa oficial como verdade judicial	193–194
3 Estabilização da decisão e resistência à revisão da matéria fática	194–196
4 A força da coisa julgada formal diante da incerteza material	196–198
5 A perpetuação do erro como mecanismo de proteção institucional	198–201
6 Consequências sistêmicas da manutenção da decisão fundada em premissa equivocada.....	201–203
I. Jurisprudência — STF, STJ e TRFs: coisa julgada, erro de fato e limites da revisão judicial.....	203–204
II. Doutrina — erro judicial, coisa julgada aparente e limites da estabilidade decisória.....	204
III. Direito Comparado — revisão de decisões judiciais e superação de erro de fato.....	204
CAPÍTULO 18 — DA COISA JULGADA APARENTE E DOS MECANISMOS DE SUA DESCONSTITUIÇÃO.....	205
1 Conceito de coisa julgada e seus limites estruturais.....	205–207
2 Coisa julgada formal versus coisa julgada material.....	207–208
3 A coisa julgada fundada em erro de premissa fática.....	208–210
4 A teoria da coisa julgada aparente.....	210–212
5 Instrumentos processuais de desconstituição.....	212–213
6 A ação rescisória como via de correção do erro judicial.....	213–215
7 Limites temporais e relativização da estabilidade decisória.....	215–216
I. Jurisprudência — STF, STJ e TRFs: coisa julgada, ação rescisória e erro de fato.....	216–217
II. Doutrina — coisa julgada aparente, erro de fato e relativização da estabilidade decisória.....	217
III. Direito Comparado — revisão judicial, erro de fato e mecanismos de superação.....	217–218
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	218
CAPÍTULO 19 — DA REVISÃO JUDICIAL, DA REABERTURA DA INVESTIGAÇÃO E DO DIREITO À VERDADE.....	219
1 O direito à verdade como fundamento jurídico autônomo.....	219–221
2 A revisão judicial como mecanismo de superação do erro de premissa fática.....	221–223
3 Reabertura da investigação e dever estatal de apuração efetiva.....	223–225

4 A insuficiência da verdade formal diante de violações graves de direitos fundamentais.....	225–227
5 O papel do Poder Judiciário na reconstrução da verdade material.....	227–229
6 Limites processuais e possibilidades de reconfiguração do caso.....	229–231
I. Jurisprudência — STF, STJ, STM e Sistema Interamericano: direito à verdade, revisão judicial.....	231–232
II. Doutrina — direito à verdade, revisão judicial e reconstrução da narrativa fática.....	232
III. Direito Comparado — right to truth, revisão judicial e reabertura de investigações.....	232
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	232
CAPÍTULO 20 — DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO E DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	233
1 Fundamentos da responsabilidade internacional do Estado por violações de direitos humanos.....	233–235
2 O dever de investigar, processar e sancionar violações graves.....	235–237
3 O controle de convencionalidade como parâmetro obrigatório de julgamento.....	237–239
4 A incompatibilidade da prescrição com violações graves de direitos humanos.....	239–241
5 A atuação do Poder Judiciário nacional frente aos tratados internacionais	241–243
6 Consequências jurídicas do descumprimento das obrigações internacionais.....	243–244
I. Jurisprudência — Corte Interamericana de Direitos Humanos, STF e STJ.....	244
II. Doutrina — responsabilidade internacional do Estado e controle de convencionalidade.....	244–245
III. Direito Comparado — controle de convencionalidade e responsabilidade internacional.....	245
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	245
CAPÍTULO 21 — DA RECONSTRUÇÃO DA VERDADE JURÍDICA E DA SÍNTESE FINAL DO CASO.....	246
1 Síntese das premissas fáticas e da ruptura da narrativa oficial.....	246–248
2 O erro de premissa fática como elemento estruturante da injustiça judicial.....	248–250
3 A insuficiência da verdade formal e a necessidade de reconstrução da verdade material.....	250–252
4 Integração entre responsabilidade civil, dever de investigar e controle de convencionalidade.....	252–254
5 O papel do Poder Judiciário na reconfiguração do caso.....	254–256
6 Consequências jurídicas da reconstrução da verdade.....	256–258
7 Proposta de superação estrutural do erro judicial.....	258–259
I. Jurisprudência — STF, STJ, STM e Corte Interamericana: reconstrução da verdade.....	259
II. Doutrina — erro judicial, verdade material e reconstrução da decisão jurídica.....	259–260
III. Direito Comparado — reconstrução judicial da verdade e revisão de decisões.....	260
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	260

CAPÍTULO 22 — DA CONCLUSÃO GERAL, DAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E DA NECESSIDADE DE REFORMA ESTRUTURAL.....	261
1 Síntese conclusiva do caso e reafirmação do erro de premissa fática.....	261–263
2 A falha estrutural do sistema de investigação e julgamento.....	263–265
3 A insuficiência dos mecanismos tradicionais de controle judicial.....	265–267
4 A necessidade de reforma institucional e procedimental.....	267–269
5 Propostas de aprimoramento do sistema jurídico e investigativo.....	269–270
6 A centralidade do direito à verdade e da dignidade da pessoa humana.....	270–271
I. Jurisprudência — STF, STJ, STM e Corte Interamericana: erro judicial, dever de investigar.....	271
II. Doutrina — erro de premissa fática, falha estrutural e necessidade de reforma institucional.....	271–272
III. Direito Comparado — reformas institucionais, revisão judicial e garantia da verdade material.....	272
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	272
CAPÍTULO 23 — DO EPÍLOGO, DA MEMÓRIA, DA VERDADE E DA JUSTIÇA.....	273
1 A reconstrução da memória como dever jurídico e moral.....	273–275
2 A persistência da verdade material frente ao tempo e às estruturas institucionais.....	275–277
3 A dignidade da pessoa humana e o direito à memória.....	277–279
4 O papel da justiça na superação do erro histórico.....	279–281
5 A responsabilidade intergeracional e o dever de não repetição.....	281–283
6 Considerações finais — verdade, justiça e reconstrução histórica.....	283–284
I. Jurisprudência — STF, STJ e Corte Interamericana: direito à memória, verdade e justiça.....	284
II. Doutrina — memória, verdade e justiça na perspectiva constitucional e internacional.....	284–285
III. Direito Comparado — memória histórica, justiça de transição e dever de não repetição.....	285
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	285
CAPÍTULO 24 — DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS PARA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	286
1 Cabimento do Recurso Extraordinário e delimitação das questões constitucionais.....	286–288
2 Violação direta à Constituição Federal: devido processo legal, contraditório e ampla defesa.....	288–290
3 Ofensa ao direito fundamental à prova e à busca da verdade material.....	290–292
4 Violação à dignidade da pessoa humana e ao direito à memória e à verdade.....	292–294
5 Incompatibilidade da aplicação da prescrição com violações de direitos fundamentais.....	294–296
6 Necessidade de superação da decisão fundada em erro de premissa fática.....	296–297
I. Jurisprudência — STF: repercussão geral, violação constitucional direta e cabimento.....	297
II. Doutrina — pressupostos do Recurso Extraordinário e controle constitucional.....	297–298
III. Direito Comparado — revisão constitucional de decisões judiciais e proteção de direitos.....	298

IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	298
CAPÍTULO 25 — DO SOBRESTAMENTO FUNDADO EM JULGAMENTO DE MÉRITO SIMILAR NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA INAPLICABILIDADE DO RE 669.069/MG AO CASO CONCRETO.....	299
1 O sobrestamento processual e sua função no sistema de precedentes.....	299–301
2 O Recurso Extraordinário nº 669.069/MG e a definição da tese de repercussão geral.....	301–303
3 Delimitação da ratio decidendi do precedente e seus limites objetivos.....	303–305
4 Distinção (distinguishing) entre o caso paradigma e o caso concreto.....	305–307
5 Inaplicabilidade do precedente diante do erro de premissa fática e das especificidades do caso.....	307–309
6 Violação ao dever de fundamentação na aplicação automática do precedente.....	309–310
7 Consequências jurídicas do sobrestamento indevido.....	310–311
I. Jurisprudência — STF e STJ: repercussão geral, sobrestamento, distinguishing e aplicação.....	311
II. Doutrina — teoria dos precedentes, distinguishing e limites da vinculação judicial.....	311–312
III. Direito Comparado — stare decisis, distinguishing e controle da aplicação de precedentes.....	312
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	312
CAPÍTULO 26 — DO JULGAMENTO DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, DO RECONHECIMENTO EXPRESSO DA IMPRESCRITIBILIDADE E DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.....	313
1 Juízo de admissibilidade do Recurso Especial e seus pressupostos legais.....	313–315
2 Violação de lei federal e delimitação da matéria infraconstitucional.....	315–317
3 Reconhecimento da imprescritibilidade em hipóteses de violação grave de direitos fundamentais...	317–319
4 Divergência jurisprudencial como fundamento autônomo do Recurso Especial.....	319–321
5 Confronto entre precedentes e necessidade de uniformização da interpretação da lei federal.....	321–323
6 Superação da prescrição diante da natureza da violação e da ocultação da verdade.....	323–325
7 Consequências jurídicas do reconhecimento da admissibilidade do Recurso Especial.....	325–326
I. Jurisprudência — STJ: admissibilidade do REsp, imprescritibilidade e divergência jurisprudencial.....	326
II. Doutrina — pressupostos do Recurso Especial, imprescritibilidade e uniformização.....	326–327
III. Direito Comparado — revisão infraconstitucional, imprescritibilidade e uniformização.....	327
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	327
CAPÍTULO 27 — DA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, DA REDUÇÃO INDEVIDA DA CONTROVÉRSIA A MATÉRIA MERAMENTE INFRACONSTITUCIONAL.....	328
1 Juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário e seus limites constitucionais.....	328–330
2 Redução indevida da controvérsia à matéria infraconstitucional.....	330–332
3 Violação reflexa versus violação direta à Constituição.....	332–334

4 O direito à prova e à verdade como matéria constitucional.....	334–336
5 A indevida restrição do acesso à jurisdição constitucional.....	336–338
6 A necessidade de requalificação jurídica da controvérsia.....	338–340
7 Consequências jurídicas da inadmissibilidade indevida do Recurso Extraordinário.....	340–341
I. Jurisprudência — STF: admissibilidade do RE.....	341–342
II. Doutrina — acesso à jurisdição constitucional, violação direta e limites da admissibilidade.....	342–343
III. Direito Comparado — controle constitucional, admissibilidade recursal e proteção de direitos.....	343
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	343
CAPÍTULO 28 — DA ANÁLISE CRÍTICA DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL E DA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RELEITURA CONSTITUCIONAL, CONVENCIONAL E SISTÊMICA).....	344
1 A dualidade recursal entre o STJ e o STF e seus impactos na tutela jurisdicional.....	344–346
2 Admissibilidade do Recurso Especial e reconhecimento implícito da relevância jurídica.....	346–348
3 Inadmissibilidade do Recurso Extraordinário e a fragmentação da análise constitucional.....	348–350
4 Releitura constitucional da controvérsia: devido processo, prova e verdade material.....	350–352
5 Releitura convencional: dever de investigar, direito à verdade e controle de convencionalidade.....	352–354
6 Releitura sistêmica: coerência, integridade e unidade do ordenamento jurídico.....	354–356
7 Consequências jurídicas da dissociação entre as instâncias superiores.....	356–357
I. Jurisprudência — STF e STJ: admissibilidade recursal, fragmentação decisória.....	357
II. Doutrina — teoria dos precedentes, unidade do sistema jurídico e coerência decisória.....	357–358
III. Direito Comparado — sistemas recursais, cortes supremas e controle de coerência.....	358
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	358
CAPÍTULO 29 — DO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	359
1 Natureza jurídica do agravo em Recurso Extraordinário.....	359–361
2 Cabimento e pressupostos de admissibilidade.....	361–363
3 Impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.....	363–365
4 Demonstração da violação direta à Constituição Federal.....	365–367
5 Superação da tese de matéria infraconstitucional e requalificação constitucional da controvérsia.....	367–369
6 Repercussão geral e relevância jurídica da matéria.....	369–371
7 Consequências jurídicas do provimento do agravo.....	371–372
I. Jurisprudência — STF: agravo em RE, admissibilidade, repercussão geral.....	372–373
II. Doutrina — agravo em recurso extraordinário, técnica recursal e controle constitucional.....	373–374
III. Direito Comparado — admissibilidade recursal e acesso às cortes constitucionais (EUA e Europa).....	374

IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	374
CAPÍTULO 30 — DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO ESPECIAL À LUZ DA DOGMÁTICA PROCESSUAL E CONSTITUCIONAL.....	375
1 Natureza e fundamentos do julgamento monocrático no âmbito do STJ.....	375–377
2 Poderes do relator e limites à decisão individual.....	377–379
3 Compatibilidade do julgamento monocrático com o devido processo legal.....	379–381
4 A exigência de fundamentação qualificada e o dever de enfrentamento das teses.....	381–383
5 A relação entre julgamento monocrático e sistema de precedentes.....	383–385
6 Controle das decisões monocráticas: agravo interno e colegialidade mitigada.....	385–387
7 Consequências jurídicas do julgamento monocrático no caso concreto.....	387–388
I. Jurisprudência — STJ e STF: julgamento monocrático, poderes do relator e limites constitucionais.....	388
II. Doutrina — julgamento monocrático, colegialidade e garantias processuais.....	388
III. Direito Comparado — decisões individuais em cortes superiores e limites à atuação monocrática.....	388
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	388
CAPÍTULO 31 — DO AGRAVO INTERNO CONTRA O JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO ESPECIAL.....	389
1 Natureza jurídica do agravo interno e sua função no sistema recursal.....	389–391
2 Cabimento e pressupostos de admissibilidade.....	391–393
3 Impugnação específica da decisão monocrática e devolutividade da matéria.....	393–395
4 Princípio da colegialidade e controle das decisões do relator.....	395–397
5 Fundamentação qualificada e dever de enfrentamento das teses recursais	397–399
6 A vedação à reprodução automática de precedentes e o dever de distinguishing.....	399–401
7 Consequências jurídicas do provimento do agravo interno.....	401–402
I. Jurisprudência — STJ e STF: agravo interno, colegialidade e controle das decisões monocráticas.....	402
II. Doutrina — agravo interno, colegialidade e garantias processuais.....	402
III. Direito Comparado — controle colegiado de decisões individuais em cortes superiores.....	402
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	402
CAPÍTULO 32 — DO JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL PELA PRIMEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	403
1 Estrutura e competência da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça.....	403–405
2 Dinâmica do julgamento colegiado e formação da decisão.....	405–407
3 Análise dos fundamentos do agravo interno e devolutividade da matéria.....	407–409
4 Enfrentamento das teses recursais e dever de fundamentação qualificada.....	409–411

5 Aplicação de precedentes e necessidade de distinguishing no caso concreto.....	411–413
6 Resultado do julgamento e efeitos jurídicos da decisão colegiada.....	413–414
I. Jurisprudência — STJ e STF: julgamento de agravo interno, colegialidade e fundamentação.....	414–415
II. Doutrina — julgamento colegiado, teoria dos precedentes e controle da atividade jurisdicional.....	415
III. Direito Comparado — julgamento colegiado em cortes superiores e controle das decisões judiciais....	415
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	415
CAPÍTULO 33 — DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS AO ACÓRDÃO DA PRIMEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	
1 Natureza jurídica dos embargos de declaração e suas hipóteses de cabimento.....	416–418
2 Omissão, contradição e obscuridade no acórdão recorrido.....	418–420
3 O dever de enfrentamento das teses e a fundamentação adequada.....	420–422
4 Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	422–424
5 Correção do erro de premissa fática por meio dos embargos de declaração.....	424–426
6 Prequestionamento e acesso às instâncias superiores.....	426–428
7 Consequências jurídicas do julgamento dos embargos de declaração.....	428–429
I. Jurisprudência — STJ e STF: embargos de declaração, efeitos infringentes e dever de fundamentação..	429
II. Doutrina — embargos de declaração, integridade da decisão judicial e prequestionamento.....	429
III. Direito Comparado — mecanismos de correção de decisões judiciais e integração de julgados.....	429
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	429
CAPÍTULO 34 — DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: FUNÇÃO UNIFORMIZADORA, <i>ACTIO NATA</i> E ERRO DE PREMISSA FÁTICA.....	
1 Natureza jurídica dos embargos de divergência e sua função uniformizadora.....	430–432
2 Cabimento dos embargos de divergência e pressupostos específicos.....	432–434
3 Divergência jurisprudencial interna no STJ e necessidade de uniformização.....	434–436
4 A teoria da <i>actio nata</i> e sua aplicação na contagem da prescrição.....	436–438
5 O erro de premissa fática como fator de distorção jurisprudencial.....	438–439
6 Superação da divergência e reconstrução da interpretação jurídica.....	439–440
I. Jurisprudência — STJ: embargos de divergência, uniformização e aplicação da <i>actio nata</i>	440–441
II. Doutrina — embargos de divergência, teoria da prescrição e erro de premissa fática.....	441
III. Direito Comparado — mecanismos de uniformização jurisprudencial e revisão de precedentes.....	441
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	441
CAPÍTULO 35 — DO CABIMENTO E DA NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DO FORMALISMO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	
	442

1 Cabimento dos embargos de divergência e seus requisitos formais.....	442–444
2 O formalismo excessivo como obstáculo à uniformização da jurisprudência.....	444–446
3 Princípio da primazia do julgamento de mérito e sua aplicação no âmbito recursal.....	446–448
4 Superação do formalismo à luz do devido processo legal substancial.....	448–450
5 O dever de efetividade da jurisdição e a função integradora dos embargos de divergência.....	450–451
6 Consequências jurídicas da flexibilização dos requisitos formais.....	451–452
I. Jurisprudência — STJ e STF: embargos de divergência, formalismo e primazia do julgamento.....	452–453
II. Doutrina — formalismo processual, efetividade da jurisdição e superação de barreiras recursais.....	453
III. Direito Comparado — flexibilização procedimental e acesso à justiça nas cortes superiores.....	453
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	453
CAPÍTULO 36 — DA VIOLAÇÃO SISTÊMICA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA NECESSIDADE DE CONTROLE CONSTITUCIONAL E CONVENCIONAL.....	454
1 A configuração da violação sistêmica de direitos fundamentais.....	454–456
2 A insuficiência das respostas institucionais tradicionais.....	456–458
3 O papel do controle constitucional na correção de distorções estruturais.....	458–460
4 O controle de convencionalidade como mecanismo complementar de proteção.....	460–462
5 Integração entre jurisdição nacional e sistemas internacionais de proteção de direitos humanos.....	462–463
6 Consequências jurídicas da persistência da violação sistêmica.....	463–464
7 Considerações finais — necessidade de reconstrução institucional e garantia da verdade.....	464–465
I. Jurisprudência — STF, STJ e Corte Interamericana: violação sistêmica, controle constitucional.....	465
II. Doutrina — violação estrutural de direitos fundamentais e mecanismos de correção institucional.....	465
III. Direito Comparado — controle estrutural de constitucionalidade e proteção internacional de direitos.....	465
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	465
CAPÍTULO 37 — DO JULGAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DOS LIMITES DO CONTROLE EXTRAORDINÁRIO.....	466
1 Estrutura do Supremo Tribunal Federal e competência no julgamento do Recurso Extraordinário...	466–468
2 Delimitação do controle extraordinário e seus limites institucionais.....	468–470
3 Análise da matéria constitucional e restrições ao reexame fático-probatório.....	470–471
4 A tensão entre verdade formal e verdade material no âmbito do STF.....	471–473
5 A aplicação da repercussão geral e seus efeitos sobre o caso concreto.....	473–474
6 Consequências jurídicas do julgamento e seus impactos sistêmicos.....	474–475
I. Jurisprudência — STF: controle extraordinário, repercussão geral e limites do reexame de prova..	475–476
II. Doutrina — controle extraordinário, função do STF e limites da cognição constitucional.....	476

III. Direito Comparado — cortes constitucionais e limites do controle extraordinário (EUA e Europa).....	476
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	476
CAPÍTULO 38 — CAPÍTULO FINAL — VERDADE, JURISDIÇÃO E PRESCRIÇÃO: OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DO TEMPO COMO TÉCNICA DE ENCERRAMENTO INSTITUCIONAL.....	477
1 O tempo como elemento jurídico e instrumento de estabilização das decisões.....	477–479
2 A prescrição como técnica de encerramento institucional.....	479–481
3 Limites constitucionais da prescrição frente a violações de direitos fundamentais.....	481–483
4 A tensão entre segurança jurídica e justiça material.....	483–485
5 O direito à verdade e sua incompatibilidade com o esquecimento jurídico imposto.....	485–487
6 A jurisdição como espaço de reconstrução da verdade e superação do erro.....	487–489
7 Consequências jurídicas da utilização da prescrição.....	489–490
8 Considerações finais — entre o tempo, a verdade e a justiça.....	490–491
I. Jurisprudência — STF, STJ e Corte Interamericana: prescrição, direito à verdade.....	491
II. Doutrina — prescrição, tempo jurídico e limites à extinção de direitos fundamentais.....	491–492
III. Direito Comparado — prescrição, justiça de transição e direito à verdade.....	492
IV. Doutrina e Direito Comparado — obras consultadas.....	492
V. Pressupostos constitucionais — dignidade da pessoa humana, devido processo.....	492–493
VI. Controle de convencionalidade — dever de investigar e vedação de impunidade estrutural.....	493
VII. Síntese normativa — tempo jurídico versus proteção de direitos fundamentais.....	493
VIII. Síntese jurisprudencial — convergência STF, STJ e Corte Interamericana.....	493
IX. Síntese doutrinária — limites do formalismo temporal e reconstrução da verdade.....	493
X. Fechamento estrutural — jurisdição, verdade e responsabilidade institucional.....	493